

Plano prevê R\$ 300 bi em crédito e subsídios para renovar indústria

Sector enfrenta estagnação e perda de competitividade; pacote reedita políticas já usadas nas gestões petistas

DE BRASÍLIA
O presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou, ontem, um plano de estímulo à indústria, que enfrenta um quadro crônico de estagnação e perda de competitividade. Batizado de Nova Indústria Brasil, o pacote reedita políticas de antigas gestões petistas ao prever R\$ 300 bilhões em financiamentos e subsídios ao setor até 2026.

O programa prevê ainda uma política de obras e compras públicas, com incentivo ao conteúdo local - exigência de produtos de origem nacional.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) lidera a iniciativa, mobilizando R\$ 250 bilhões dos R\$ 300 bilhões previstos em créditos ao setor produtivo.

Desse total, R\$ 77,5 bilhões já foram aprovados no ano passado, sendo R\$ 67 bilhões do banco de fomento e R\$ 10,5 bilhões da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), que administra o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Uma das linhas já disponíveis é o Programa Mais Inovação, que concede crédito cobrando a variação da Taxa Referencial mais um adicional de 2%. Segundo o Palácio do Planalto, o crédito tem os menores juros já aplicados para financiamento à inovação no País.

Outros R\$ 20 bilhões serão concedidos exclusivamente pelo Finep, por meio de recursos que não precisam ser devolvidos e que serão distribuídos via chamadas públicas e editais.



Alckmin e Lula: defesa do papel indutor do Estado na economia, sob suspeita do impacto nas contas públicas

ÁREAS BENEFICIADAS

O Nova Indústria Brasil é focado em seis áreas específicas, que possuem metas de entrega para um horizonte de dez anos - cadeias agroindustriais, saúde, bem-estar nas cidades, transformar digitalmente, bioeconomia, descarbonização e transição e segurança energética, e defesa. No caso do eixo ligado à saúde, por exemplo, uma das metas é elevar de 42% para 70% a participação da indústria nacional na produção de medicamentos, vacinas, equipamentos e dispositivos

No evento, Lula afirmou que os R\$ 300 bilhões são um "alento" para a indústria "dar um salto de quali-

medicos. Já no caso da área de defesa, busca-se obter autonomia na produção de 50% das tecnologias "críticas" para a área. Em seu discurso, o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, relembrou outras iniciativas, como a depreciação acelerada, que permite que as empresas abatam mais rapidamente, nos impostos federais, os investimentos em maquinário. Ele citou ainda contratações públicas, como obras e

dade". "É muito importante para o Brasil que a gente volte a ter uma política industrial inovadora, total-

compras da administração direta e de estatais para alavancar o desenvolvimento industrial em infraestrutura, energia limpa, saúde e defesa. No Nova Indústria, no âmbito das compras públicas, o foco está em três instrumentos que a União pode utilizar para fomento do desenvolvimento: margens de preferência (diferencial de preços, nas compras públicas, para beneficiar os produtos nacionais); compensações tecnológicas, industriais e comerciais (offsets); encomendas tecnológicas.

mente digitalizada, como o mundo exige hoje, e que a gente possa superar de uma vez por todas esse pro-

blema de o Brasil nunca ser um país definitivamente grande e desenvolvido", afirmou o presidente.

VELHA POLÍTICA

Economistas, porém, são críticos ao formato do novo plano e veem um "vale a pena ver de novo". O economista-chefe da MB Associados, Sérgio Vale, afirmou que a política é uma velha política industrial baseada em usar recursos públicos.

Vale se refere à política de estímulo à industrialização iniciada no segundo mandato de Lula, que elegeu empresas de setores específicos na chamada política de campeãs nacionais. Além disso, concedeu crédito subsidiado, via BNDES, para compra de máquinas e caminhões e exigiu conteúdo local nas contratações feitas pela Petrobras.

MERCADANTE REBATE

O presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, rebateu as críticas e defendeu a volta do investimento estatal, alegando que outros países também seguem a mesma trilha.

"Precisamos fazer um debate franco. Eu quero perguntar a esses que escrevem todos os dias dizendo que estamos trazendo medidas antigas: me expliquem a China? Por que a China é o país que mais cresceu no mundo nos últimos 40 anos? Me explique a política econômica americana. Já são dois trilhões na década em subsídio, incentivo, em investimento público para atrair empresas, inclusive empresas brasileiras". (Estadão Conteúdo)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal A Tribuna - Santos/SP

Seção: Economia Caderno: B Pagina: 1